



## OAB quer reexame de item de edital para concurso da AGU

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, e a presidente da seccional do Distrito Federal da entidade, Estefânia Viveiros, pediram o reexame do edital do concurso público aberto pela Advocacia-Geral da União no item que estabelece os requisitos profissionais exigidos dos candidatos.

A solicitação foi feita em reunião com o advogado-geral da União, ministro Álvaro Ribeiro. O concurso público foi aberto para o preenchimento de 400 vagas para o cargo de procurador federal de segunda categoria.

A justificativa para o pedido é o fato de a AGU estar exigindo como requisito apenas o diploma ou o certificado de bacharel em Direito. E o Estatuto dos Advogados prevê que, para o preenchimento de cargos desta carreira, é necessário que o candidato seja advogado profissional registrado, com inscrição na OAB.

“Este é um dos casos de atividade profissional que deve ser exercida exclusivamente por advogados”, afirmou o presidente da Ordem. O ministro Álvaro Ribeiro repassou o pedido de alteração do edital aos assessores responsáveis pela administração do concurso e ficou de dar uma.

São atribuições dos titulares do cargo de procurador federal: a representação judicial e extrajudicial da União, autarquias e fundações públicas; atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à União; e apuração da liquidez e certeza dos créditos inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa para cobrança amigável ou judicial.

O concurso da AGU, regido pelo edital 1/2004, é organizado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília e conta com a participação da OAB, nos termos do parágrafo único do artigo 36 da Medida Provisória 2229-43, de 6 de setembro de 2001.

O dispositivo prevê que os concursos relacionados a carreiras e cargos da área jurídica devem ser disciplinados pelo advogado-geral da União e ter representantes da OAB presentes nas bancas examinadoras.

As provas do concurso da AGU serão realizadas em todas as capitais do país e no Distrito Federal. A carga horária é de 40 horas semanais e o salário inicial de R\$ 4.406,11. (OAB)

### Date Created

19/03/2004